

Superior Tribunal de Justiça

**Acordo no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.380.896 - SP
(2018/0267933-6)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
REQUERENTE : VIACAO SANTA BRIGIDA LTDA
ADVOGADOS : FLÁVIO LUIZ YARSHELL E OUTRO(S) - SP088098
CARLOS GEDIÃO HEIDERICH JÚNIOR E OUTRO(S) - SP243174
ELIZANDRA MENDES DE CAMARGO DA ANA - SP210065
REQUERIDO : TADEU GOMES
ADVOGADOS : JOSÉ BAETA NEVES FILHO E OUTRO(S) - SP141030
VILMAR ALDA DE FREITAS - SP021574

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de petição apresentada por VIAÇÃO SANTA BRÍGIDA LTDA. e TADEU GOMES, informando a realização de acordo entre as partes e requerendo a remessa dos autos ao juízo de origem para a sua homologação, com a desistência do recurso e a extinção do processo.

Com o advento da Emenda Regimental n. 24 de 2016, o art. 34, inciso IX, do RISTJ preconiza que é atribuição do Relator apreciar e homologar pedidos de desistência, de autocomposição das partes e de habilitação em razão de falecimento de qualquer das partes, ainda que o feito se ache em pauta ou em mesa para julgamento.

No entanto, esta Corte Superior possui orientação no sentido de que não é possível acolher pedido de desistência após o julgamento do recurso.

Sobre o tema, confira-se o seguinte julgado:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE DESISTÊNCIA APÓS JULGAMENTO DE AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O pedido de desistência do recurso somente é possível antes de seu julgamento. Precedentes.

2. Pedido de desistência indeferido.

(DESI no REsp 1438481/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2019, DJe 16/05/2019)

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, tendo em vista que a decisão de fls. 451-455 (e-STJ) - na qual não se conheceu dos agravos em recurso especial interpostos por ambas as partes - foi publicada em 02.09.2019, anteriormente à data de protocolo da petição de fls. 458-460 (e-STJ), não é possível deferir o pedido de desistência dos recursos.

Ante o exposto, indefiro o pedido de desistência formulado às fls. 458-460 (e-STJ) e determino a remessa dos autos ao juízo de origem para a análise da homologação do referido acordo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

